

CONCURSO PÚBLICO REGIONALIZADO

Edital n. 01/08 – ACADEPOL

DELEGADO DE POLÍCIA

CADERNO 1

Direito Constitucional

Questão 1

Com base na teoria geral do Poder Constituinte, podemos entender como poder institucionalizado

- A) todo poder imposto a um grupo de indivíduos sem que se possa distinguir efetivamente quem o exerce.
- B) todo poder individualizado que motiva os distintos regimes políticos.
- C) todo poder que consiste em uma operação jurídica que nasce de determinado fato ou fenômeno social.
- D) todo poder que emana do povo e em seu nome deve ser exercido.

Questão 2

Segundo José Afonso da Silva, a Declaração do Povo Trabalhador e Explorado proclama, como seu objetivo básico,

- A) a supressão de toda exploração do homem pelo homem, abolindo definitivamente a divisão da sociedade em classes, fazendo triunfar o socialismo.
- B) a visão universal dos direitos do homem, atribuindo-lhe como significado primordial o seu mundialismo.
- C) o desenvolvimento do respeito ao direito e à liberdade individual, com base no reconhecimento e aplicação do princípio da universalidade.
- D) a priorização da dignidade da pessoa humana, do ideal democrático e da resistência à opressão.

Questão 3

A hermenêutica, como condição indispensável a que o ato de interpretação constitucional se revele em toda a sua extensão e complexidade, tem por base, respectivamente, os seguintes princípios:

- A) anterioridade, concordância prática, impessoalidade, legalidade e normatividade.
- B) proporcionalidade, razoabilidade, publicidade, eficiência e impessoalidade.
- C) supremacia da Constituição, efetividade, moralidade, legalidade e legitimidade do intérprete.
- D) unidade da Constituição, efeito integrador, máxima efetividade, conformidade funcional, concordância prática e força normativa.

Questão 4

Ao se manifestar sobre a ponderação de bens e valores, o Supremo Tribunal Federal, examinando o princípio fundamental da liberdade de iniciativa econômica previsto no artigo 170 da Constituição Federal, entendeu que tal princípio deve ser ponderado com outros existentes na ordem constitucional, como o da proteção ao consumidor e o da justiça social, que ficariam comprometidos em casos de aumentos abusivos de preços.

Considerando os direitos econômicos como direito fundamental, deve o Estado,

- A) por via administrativa, por intermédio das agências reguladoras, determinar o tabelamento de preços com vistas a evitar o abuso do poder econômico.
- B) por vias legislativa e administrativa, mediante manifestação prévia do Congresso Nacional e do Presidente da República, impor regras e limites à livre concorrência.
- C) por via judicial, mediante provocação do Procurador Geral da República, exigir dos órgãos competentes a punição dos infratores.
- D) por via legislativa, regular a política de preços de bens e serviços, abusivo que é o poder econômico que visa o aumento arbitrário de lucros.

Questão 5

Segundo Alexandre de Moraes, a Constituição de 1988 subdividiu os direitos fundamentais da seguinte forma:

- A) direitos de primeira, segunda e terceira gerações.
- B) direitos individuais e coletivos, sociais, de nacionalidade, políticos e direitos relacionados à existência, organização e participação em partidos políticos.
- C) direitos civis, políticos, coletivos e de nacionalidade.
- D) direitos individuais, coletivos, sociais e difusos.

Questão 6

Por forma de Estado podemos entender o seguinte.

- A) A quem é atribuído e como deve ser exercido o poder político do Estado.
- B) A relação de confiança entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, com vistas a manter a estabilidade política, jurídica e social.

- C) De que maneira ocorre a organização político-administrativa do Estado, estabelecendo o grau de descentralização do poder central e a autonomia dos poderes locais.
- D) De que maneira é exercido o poder político do Estado em determinado momento histórico, demonstrando, assim, a relação entre governantes e governados.

Questão 7

No Estado Federativo, o Distrito Federal

- A) é considerado uma entidade federativa, dotado de autonomia financeira, administrativa e política, assim como ocorre com os Estados-membros e Municípios, com competências próprias.
- B) equipara-se aos Territórios por serem, ambos, entidades federativas vinculadas à União.
- C) não é considerado entidade federativa, pois não tem representação no Senado Federal.
- D) pode subdividir-se em Municípios, assim como os Estados-membros, e é dotado de um Poder Constituinte Decorrente.

Questão 8

No sistema presidencialista, o Presidente da República não é responsável, politicamente, por atos praticados durante seu mandato.

Entretanto, ele não está isento de responsabilidade administrativa quanto

- A) à prática de crimes de responsabilidade, julgado pela Câmara dos Deputados.
- B) à prática de crimes de responsabilidade, julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- C) às práticas de crime de responsabilidade e de crime comum, ambos julgados pelo Senado Federal.
- D) às práticas de crime de responsabilidade e de crime comum, julgados, respectivamente, pelo Senado Federal e pelo Supremo Tribunal Federal.

Questão 9

É **CORRETO** afirmar que os membros do Congresso Nacional

- A) não têm imunidade parlamentar, sob qualquer hipótese, de acordo com o artigo 15 da Constituição Federal.
- B) têm imunidade parlamentar, mas podem ser presos e julgados, desde que não estejam no exercício do seu mandato.
- C) têm imunidade parlamentar, mas podem ser presos, desde a expedição do diploma, no caso de flagrante delito ou prática de crime inafiançável.
- D) têm imunidade parlamentar, não podendo ser julgados ou processados durante o exercício do mandato.

Questão 10

A partir da Emenda Constitucional n. 53/2006, o parágrafo único do artigo 23 passou a vigorar com a seguinte redação.

- A) A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.
- B) Através de lei ordinária, cada entidade federativa estabelecerá a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.
- C) Compete aos Municípios manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental.
- D) Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

Direito Administrativo

Questão 11

São princípios da Administração Pública

- A) legalidade, motivação, segurança jurídica, especialidade.
- B) legalidade, motivação, segurança jurídica, normatização.
- C) legalidade, disciplina, segurança jurídica, normatização.
- D) legalidade, disciplina, razoabilidade, controle.

Questão 12

Sobre o poder de polícia no campo do direito administrativo, é **INCORRETO** afirmar que

- A) é exercido mediante prerrogativas e sujeições.
- B) limita o direito do cidadão ao bem-estar coletivo.
- C) concretiza o princípio da predominância do interesse público.
- D) se caracteriza pelo cumprimento de atos administrativos editados para regramento da conduta do cidadão.

Questão 13

Sobre o Poder de Polícia, é **INCORRETO** afirmar que

- A) é exercido na área administrativa.
- B) é exercido na área judiciária.
- C) o ato de poder de polícia pode ser administrativo e judiciário.
- D) a diferenciação de atuação da polícia administrativa e judiciária independe de ilícito penal.

Questão 14

São características do poder de polícia:

- A) discricionariedade, coercibilidade, auto-executoriedade.
- B) discricionariedade, coercibilidade, prevenção.
- C) discricionariedade, regulamentação, prevenção.
- D) limitação, coercibilidade, auto-executoriedade.

Questão 15

O Estado funciona editando atos administrativos para atender os interesses públicos.

Analise as seguintes características do ato administrativo em face da função do órgão que a exerce e assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) É parte integrante na relação jurídica que decide.
- B) Aplica a lei à situação específica.
- C) É geral e abstrato.
- D) É sujeito a controle jurisdicional.

Questão 16

No tocante à responsabilidade do Estado caso haja dano a indenizar, é **INCORRETO** afirmar que

- A) o agente pode ser pessoa jurídica de direito público ou de direito privado prestadora de serviços públicos.
- B) as entidades de administração indireta que executem atividade econômica de natureza privada não se submetem à regra objetiva.
- C) às empresas públicas é aplicada a regra objetiva quando não desempenharem serviço público.
- D) o agente causador do dano deverá estar no exercício de função pública.

Questão 17

No que tange ao controle administrativo, é **INCORRETO** afirmar que

- A) é poder de fiscalização e correção que a Administração Pública exerce sobre sua atividade, segundo os aspectos de legalidade e mérito.
- B) é denominado controle interno e não decorre do poder de autotutela do Estado.
- C) o recurso pode ter efeito suspensivo, que é o usual, e/ou devolutivo, excepcional e dependente de lei que o preveja.
- D) a decisão administrativa que comporte o efeito devolutivo opera-se de imediato e enseja que o processado proponha ação judicial independentemente de apresentação de recurso administrativo.

Questão 18

No tocante à responsabilidade dos servidores públicos, é **INCORRETO** afirmar que

- A) é independente nas áreas civil, administrativa e penal.
- B) será reconhecida se ocorrer situação de dano, independentemente de a administração ter ou não o fato regulamentado em sua legislação estatutária.
- C) a responsabilização civil ocorrerá quando o servidor causar dano à administração ou a terceiro, via conduta dolosa ou culposa.
- D) a responsabilização penal decorre de conduta punível, submetida ao Poder Judiciário.

Questão 19

Com referência à Polícia Judiciária, é **INCORRETO** afirmar que

- A) tem a seu cargo a apuração das infrações penais, as investigações criminais e o auxílio à Justiça, no campo da aplicação da lei, além de registros e fiscalização de natureza regulamentar.
- B) a execução da Polícia Judiciária cabe aos Delegados de Polícia, segundo o que for ditado pela conveniência e a oportunidade na realização de ato de sua atribuição, em todo o Estado.
- C) a Polícia Judiciária compreende triagem e custódia de suspeitos de infrações penais.
- D) os Delegados de Polícia e seus auxiliares deverão comparecer ao local do crime para as diligências necessárias à apuração e identificação dos autores.

Questão 20

É sabido que a carreira policial civil obedece à ordem hierárquica, pilar estrutural da corporação.

Nesse sentido, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a hierarquia e a disciplina são valores de integração e otimização das atribuições dos cargos e objetivam assegurar a unidade técnico-científica da investigação policial.
- B) a hierarquia é instrumento de controle e eficácia dos atos operacionais e objetiva a disciplina e a ética policial.
- C) a disciplina vincula as atribuições funcionais do policial civil às disposições legais e administrativas.
- D) o regime hierárquico autoriza imposições sobre o convencimento do servidor, desde que devidamente fundamentado.

Direito Civil

Questão 21

Assinale a alternativa que não pode ser considerada como uma obrigação *propter rem*.

- A) A obrigação de dar caução pelo dano infecto.
- B) A obrigação decorrente do direito de servidão.
- C) A obrigação do dono da coisa perdida de recompensar e indenizar o descobridor.
- D) A obrigação imposta ao condômino de concorrer para as despesas de conservação da coisa comum.

Questão 22

As seguintes afirmativas concernentes às obrigações naturais e ao pagamento indevido estão corretas, **EXCETO**

- A) a dívida de jogo, por novação, poderá converter-se em obrigação civil.
- B) a obrigação natural não é exigível. Contudo, se o devedor pagar espontaneamente, o pagamento será válido.
- C) a obrigação natural pode ser garantida pelo próprio devedor ou por terceiros. Contudo, a garantia oferecida pelo próprio devedor não transforma a obrigação natural em civil.
- D) fica isento de restituir pagamento indevido aquele que, recebendo-o como parte de dívida verdadeira, inutilizou o título, deixou prescrever a pretensão ou abriu mão das garantias que asseguravam seu direito.

Questão 23

O contrato nasce da convergência da proposta e da aceitação. Como bem disciplina a teoria geral dos contratos, a proposta obriga, sendo o proponente forçado a perdas e danos, caso não a mantenha.

Sobre a matéria, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.
- B) a proposta deixa de ser obrigatória se, feita sem prazo, por telefone, não foi imediatamente aceita.
- C) o silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
- D) reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi aceito.

Questão 24

Considerando o contrato de doação, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a doação com reserva de usufruto, por ser onerosa, não poderá ser revogada por ingratidão.

- B) a doação de imóvel de pessoa casada, sem autorização do outro cônjuge, exceto se o regime for o de separação de bens, poderá ser anulada no prazo de até dois anos, após o término da sociedade conjugal.
- C) a doação inoficiosa está vedada por lei, assim nula será a doação da parte excedente do que poderia dispor o doador.
- D) as doações remuneratórias, as indenizatórias, as *propter nuptias* e as que tiverem o objetivo de cumprir obrigação natural não são revogáveis por ingratidão.

Questão 25

Analise as seguintes afirmativas concernentes ao instituto do usufruto como direito real sobre coisa alheia e assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A legislação civil brasileira proíbe a transferência do usufruto, mas, não, do exercício, por título gratuito ou oneroso.
- B) O Código Civil de 2002 confere ao cônjuge viúvo, se o regime de bens do casamento não era o da comunhão universal, o direito, enquanto durar a viuvez, ao usufruto da quarta parte dos bens do cônjuge falecido.
- C) O usufruto, diferentemente da enfiteuse, será sempre temporário.
- D) O usufruto pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades.

Questão 26

Considerando o instituto da hipoteca, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a hipoteca como direito real de garantia é transmissível tanto por ato *inter vivos* quanto por *causa mortis*.
- B) o imóvel cuja propriedade é resolúvel ou está sujeito à condição suspensiva é hipotecável.
- C) o imóvel hipotecado poderá ser alienado pelo proprietário, sendo nula qualquer cláusula que proíba a venda. Contudo, pode-se convencionar que vencerá o crédito hipotecário, se o imóvel for alienado.
- D) o pagamento de uma ou mais prestações da dívida não importa exoneração correspondente da garantia, ainda que esta compreenda vários bens, salvo disposição expressa no título ou na quitação.

Questão 27

Analise as seguintes afirmativas concernentes ao regime de bens no casamento e assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A alteração do regime de bens é admissível, mediante autorização judicial, em pedido motivado de pelo menos um dos cônjuges, ressalvados os direitos de terceiros.

- B) No regime da comunhão parcial de bens, não se comunicam os valores resultantes de créditos ou direitos nascidos de causas anteriores ao casamento, bem como os sub-rogados em seu lugar.
- C) O pacto antenupcial tem plena eficácia entre os cônjuges, independentemente de registro, mas somente terá eficácia *erga omnes* depois de registrado pelo oficial do Registro de Imóveis do domicílio dos cônjuges.
- D) Os cônjuges podem optar por um dos regimes de bens disciplinados no Código e combiná-los entre si, por meio de pacto antenupcial.

Questão 28

Analise as seguintes afirmativas concernentes à separação judicial e assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Na separação consensual, os cônjuges devem obrigatoriamente firmar acordo acerca da manutenção, subsistência e convivência dos filhos menores.
- B) O cônjuge declarado culpado na separação judicial não perde o direito aos alimentos, devendo o juiz fixar o valor da pensão com base no binômio possibilidade/necessidade.
- C) O juiz pode recusar a homologação e não decretar a separação judicial se apurar que a convenção não preserva suficientemente os interesses dos filhos ou de um dos cônjuges.
- D) O procedimento judicial da separação caberá somente aos cônjuges e, no caso de incapacidade, serão representados pelo curador, pelo ascendente ou pelo irmão.

Questão 29

Analise as seguintes afirmativas concernentes ao Direito de Sucessão e assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A renúncia e a aceitação da herança devem constar expressamente de instrumento público ou termo judicial.
- B) Falecendo o herdeiro antes de declarar se aceita a herança, o poder de aceitar passa aos herdeiros, a menos que se trate de vocação adstrita a uma condição suspensiva, ainda não verificada.
- C) Ninguém pode suceder representando herdeiro renunciante. Se, porém, ele for o único legítimo da sua classe ou se todos os outros da mesma classe renunciarem à herança, poderão os filhos vir à sucessão por representação.
- D) Os atos de aceitação e renúncia são revogáveis até a homologação da partilha.

Questão 30

Moisés e Luana contraíram matrimônio em 2004, com a inobservância das causas suspensivas da celebração do casamento. Em 2007, Moisés faleceu deixando a esposa e, como parentes vivos, seus pais, que renunciaram à herança, seus dois avós maternos e o seu avô paterno.

Assinale a alternativa que indica de forma **CORRETA** como deverá ser distribuída a herança deixada por Moisés.

- A) 1/3 para o avô materno; 1/3 para a avó materna; 1/3 para o avô paterno.
- B) 1/4 para Luana, por concorrência; 1/4 para o avô materno; 1/4 para a avó materna e 1/4 para o avô paterno.
- C) 50% para Luana, como meeira; 25% para os avós maternos e 25% para o avô paterno.
- D) 50% para Luana, por concorrência; 25% para os avós maternos e 25% para o avô paterno.

Direito Penal

Questão 31

Com relação à lei penal no tempo e no espaço, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) Apesar de pela a *abolitio criminis* se deixar de considerar determinado fato crime, inclusive alcançando o dispositivo fatos pretéritos objetivamente julgados, têm-se extintos apenas os efeitos penais das sentenças condenatórias, permanecendo, contudo, os efeitos civis.
- B) Não ficam sujeitos à lei brasileira os crimes cometidos no estrangeiro contra a administração pública, por quem está a seu serviço.
- C) Os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir, cometidos por brasileiros no estrangeiro, ficam sujeitos à lei brasileira sempre que for o fato punível também no país em que foi praticado, não podendo a pena cumprida no estrangeiro atenuar a pena imposta no Brasil.
- D) Para os crimes permanentes, vigoram as regras da ultra-atividade mesmo ante a superveniência de lei mais severa no decorrer da execução do delito.

Questão 32

Com relação aos crimes contra a administração Pública, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Configura a concussão a exigência feita por funcionário público para si, de vantagem indevida, não importando que esteja ele afastado da função pública que exerça, desde que dela se valha.
- B) Funcionário público que, mantendo vítima em erro, apropria-se de quantia de dinheiro que lhe foi entregue no exercício de sua função, comete o crime de peculato mediante erro de outrem, inserido no art. 313 do Código Penal.
- C) No crime de peculato culposo, a reparação do dano precedente à sentença irrecorrível é causa de extinção da punibilidade.

- D) Para a configuração do crime de corrupção passiva, não é imprescindível a concomitante ocorrência do delito de corrupção ativa, não sendo o crime necessariamente bilateral.

Questão 33

Considerando o concurso de pessoas, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A participação está condicionada à eficácia causal e à consciência de participação em ação comum e, por ser acessória, só é punível se o crime chega a ser ao menos tentado, ressalvadas as disposições expressas em contrário.
- B) Conforme a regra geral, as condições e circunstâncias de caráter pessoal do agente, subjetivas, não se comunicam entre co-autores e partícipes, respondendo cada um individualmente, de acordo com elas.
- C) No desvio subjetivo de conduta há verdadeira quebra da teoria monista respondendo os partícipes conforme a intensidade volitiva e atuação no crime praticado pelo autor.
- D) O Código Penal brasileiro prevê expressamente a possibilidade da autoria mediata nos casos de ocorrência de erro determinado por terceiro, coação moral irresistível e obediência hierárquica.

Questão 34

Com relação às penas, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) A perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, é efeito específico da condenação penal destinado exclusivamente aos crimes funcionais.
- B) A prestação pecuniária não pode ser fixada em valor inferior a um salário mínimo somente se destinando à vítima ou seus dependentes nos casos de comprovado dano material e pode ter o valor pago deduzido do montante de eventual condenação em ação de reparação cível.
- C) A suspensão condicional da pena pode ser concedida ao reincidente em crime doloso apenado com pena de multa isolada ou em substituição à pena privativa de liberdade.
- D) Pode ser substituída a pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direito ao crime culposo independentemente do *quantum* de pena aplicado, exceto no concurso com outros crimes culposos e em sendo o agente reincidente.

Questão 35

Quanto à imputabilidade penal, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) A embriaguez preordenada só agravará a pena quando completa, revelando maior censurabilidade da conduta já que o agente coloca o estado de embriaguez como primeiro momento da execução do crime.
- B) A emoção e a paixão, mesmo quando causarem completa privação dos sentidos e da inteligência, não excluem a culpabilidade, exceto se forem estados emocionais patológicos.

- C) Em todos os casos de imputabilidade, se aplica a medida de segurança de internação, podendo, entretanto, ser apenas reduzida a pena ou aplicada medida de segurança de tratamento ambulatorial aos casos de semi-imputabilidade.
- D) O critério normativo é exceção no sistema brasileiro que, em regra, trabalha com o critério biológico para aferição da imputabilidade penal.

Questão 36

Com relação aos crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) No estelionato mediante emissão de cheque sem fundo, o pagamento do título antes do recebimento da denúncia, segundo orientação do Supremo Tribunal Federal, extingue a punibilidade.
- B) Para que se consuma o crime de abuso de incapazes, é necessário apenas que o sujeito passivo pratique ato suscetível de produzir efeito jurídico, em prejuízo próprio ou de terceiro, sendo irrelevante a consumação da lesão efetiva.
- C) Responde o agente por um único latrocínio ainda que de seu roubo resulte a morte de mais de uma vítima, sendo a pluralidade de vítimas circunstância avaliada apenas na dosimetria da pena.
- D) Responde por receptação dolosa o agente que encomenda o furto de determinada obra de arte, pois adquire em proveito próprio coisa que sabe ser produto de crime.

Questão 37

Com relação aos elementos subjetivos do tipo penal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A culpa imprópria se refere à hipótese de ocorrência da discriminante putativa do erro evitável pelas circunstâncias.
- B) A distinção entre dolo eventual e culpa consciente reside na aceitação do resultado que, embora previsto subjetivamente em ambos os casos, somente ocorre na hipótese dolosa.
- C) É conhecido como dolo direto de primeiro grau aquele relacionado aos fins propostos e aos meios escolhidos pelo agente para a prática de delito.
- D) No crime culposos, a conduta ativa ou omissiva manifestada pelo sujeito ativo é penalmente irrelevante sempre se dirigindo a fins lícitos e somente faz surgir a responsabilidade criminal quando dá causa a resultado lesivo desejado por inobservância de dever objetivo de cuidado.

Questão 38

Analisar as seguintes hipóteses com relação ao erro em matéria penal e assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Na *aberratio criminis*, havendo a produção de dois resultados, por contrariar a expressa disposição legal, não poderá ser aplicada a regra do cúmulo material benéfico.

- B) O erro de proibição escusável não exclui a punição do crime doloso e é direto quando recai sobre o conteúdo proibitivo de uma norma penal.
- C) O erro de tipo tem como suporte a teoria finalista da ação e, se acidental, não afasta o dolo e a culpa, pois o agente mantém a consciência da antijuridicidade de seu comportamento.
- D) Para a teoria limitada da culpabilidade consiste o erro de tipo no erro quanto às causas de justificação que recai sobre uma situação de fato, sendo o erro de proibição aquele que incide sobre a existência e os limites das causas de justificação.

Questão 39

Quanto aos crimes contra as pessoas, as seguintes alternativas estão corretas, **EXCETO**

- A) a mãe que, em estado puerperal, logo após o parto, na enfermaria do hospital, mata filho de outra pessoa pensando ser o próprio, responde por infanticídio e não por homicídio.
- B) o agente que provoca várias lesões corporais, de natureza grave e gravíssima, contra a mesma vítima em um mesmo contexto fático responde por crime continuado.
- C) para a ocorrência do crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, será indispensável que a vítima seja determinada e tenha capacidade de discernimento.
- D) todas as pessoas, mulheres ou homens, que se enquadram às situações emanadas do tipo, podem ser vítimas dos crimes de violência doméstica, podendo as penas ser aumentadas de 1/3 se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência.

Questão 40

Considerando o conceito e a evolução dogmática da teoria do crime, é **CORRETO** afirmar

- A) que, exercendo a tipicidade, conforme a teoria da *ratio essendi*, função incidiária da ilicitude, pode-se falar em causas justificantes legais, mas não em causas supra-legais, por ferirem estas o princípio da legalidade.
- B) que, para a teoria diferenciadora, adotada por nosso Código Penal, o estado de necessidade é justificante, afastando a ilicitude do fato típico praticado pelo agente.
- C) que, para a teoria social da ação, a ação é concebida como o exercício de uma atividade final dirigida concretamente a fato juridicamente relevante.
- D) que são elementos da culpabilidade normativa pura a imputabilidade, a consciência potencial da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa.

Direito Processual Penal

Questão 41

Quanto à competência do Conselho Penitenciário, é **CORRETO** afirmar que

- A) o Conselho Penitenciário tem que emitir parecer em pedidos de progressão de regime do semi-aberto para o aberto e indulto.

- B) o Conselho Penitenciário tem que emitir parecer em pedidos de progressão de regime do fechado para o semi-aberto e comutação de pena.
- C) o Conselho Penitenciário tem que emitir parecer em pedidos de indulto e comutação de pena.
- D) o Conselho Penitenciário tem que emitir parecer em pedidos de livramento condicional e progressão de regime do fechado para o semi-aberto.

Questão 42

Em relação ao procedimento dos delitos previstos na Lei n. 11.343/2006, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Para efeito de lavratura do auto de prisão em flagrante delito e demonstração da materialidade delitiva, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea.
- B) Na hipótese de indiciado preso, o inquérito policial deverá terminar no prazo de 10 dias.
- C) Os prazos para o término do inquérito policial podem ser duplicados pelo juiz, ouvido o Ministério Público, mediante pedido justificado da autoridade de polícia judiciária.
- D) Na hipótese de indiciado solto, o inquérito policial deverá terminar no prazo de 90 dias.

Questão 43

Na prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) A mulher ofendida, na hipótese de delito de ação penal pública condicionada à representação, somente poderá renunciar ao direito de representação perante a autoridade judiciária, em audiência especialmente designada para esse fim, desde que antes do recebimento da denúncia.
- B) A mulher ofendida, na hipótese de delito de ação penal pública condicionada à representação, somente poderá renunciar ao direito de representação perante a autoridade judiciária, em audiência especialmente designada para esse fim, desde que antes do oferecimento da denúncia.
- C) A mulher ofendida, na hipótese de delito de ação penal pública condicionada à representação, poderá se retratar da representação a qualquer momento, seja na fase do inquérito policial ou do processo judicial.
- D) A mulher ofendida, na hipótese de delito de ação penal pública condicionada à representação, não poderá renunciar ao direito de representação mesmo que perante a autoridade judiciária.

Questão 44

Sobre a Lei n. 9.296/96, que dispõe sobre a interceptação de comunicações telefônicas, é **CORRETO** afirmar

- A) que poderá ser decretada a quebra do sigilo telefônico quando a prova da autoria ou materialidade do delito puder ser feita por outro meio de prova.
- B) que o delito investigado deve ser punido com pena de detenção.
- C) que, decretada a interceptação telefônica, a autoridade policial não necessita dar ciência dos procedimentos realizados ao Ministério Público.
- D) que a interceptação telefônica não poderá ser decretada por período superior a 15 dias, admitida a prorrogação do prazo.

Questão 45

Sobre recursos no processo penal, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) Da decisão do juiz que decide sobre unificação de penas caberá recurso em sentido estrito.
- B) Da decisão do juiz do juizado especial criminal que não recebe a denúncia oferecida pelo Ministério Público caberá recurso em sentido estrito.
- C) Ao não conceder ordem de *habeas corpus* impetrado em favor de acusado preso, por maioria de votos, caberá embargos infringentes.
- D) O prazo de interposição do recurso de apelação pelo assistente do ministério público, ainda não habilitado no processo até a sentença absolutória, é de 15 dias após esgotado o prazo recursal do titular da ação penal.

Questão 46

Sobre competência no processo penal, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Sendo hipótese de conexão intersubjetiva por concurso (art. 76, inciso I, do CPP), sendo os crimes praticados em comarcas diversas, a competência para o julgamento do processo será fixada na comarca onde a pena cominada aos respectivos delitos for de maior gravidade.
- B) Na hipótese de crime de estupro que se proceda mediante ação pública, o Ministério Público, mesmo sendo conhecido o lugar da consumação do delito, poderá preferir o domicílio ou residência do acusado no oferecimento da ação penal.
- C) Quando incerto o local da consumação do crime, a competência será definida pelo domicílio ou residência do acusado.
- D) Mesmo sendo hipótese de conexão ou continência, poderá o juiz determinar o desmembramento do processo para não prolongar o tempo da prisão cautelar, especialmente quando excessivo o número de acusados.

Questão 47

Sobre as exceções processuais, é **CORRETO** afirmar que

- A) a exceção de suspeição é classificada pela doutrina como peremptória.
- B) as exceções de coisa julgada e litispendência são consideradas dilatórias.

- C) as exceções de ilegitimidade de parte e incompetência são consideradas dilatórias.
- D) a exceção de ilegitimidade de parte é considerada peremptória.

Questão 48

Sobre as prisões cautelares, é **CORRETO** afirmar

- A) que a prisão temporária poderá ser decretada de ofício pelo juiz.
- B) que a prisão em flagrante poderá ser comunicada imediatamente ao juiz competente.
- C) que, nos crimes hediondos, o réu condenado não poderá apelar em liberdade já que se trata de crime grave.
- D) que, nos processos de competência originária, a prisão preventiva poderá ser decretada de ofício pelo magistrado relator.

Questão 49

Ao julgar apelação interposta contra decisão do Tribunal do Júri, **NÃO** poderá o Tribunal de Apelação

- A) julgar a apelação interposta contra sentença condenatória e declarar o acusado inocente, sob o fundamento de que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária às provas dos autos.
- B) remeter o acusado a novo júri sob a alegação de nulidade nos quesitos submetidos à apreciação dos jurados.
- C) reformar a sentença proferida pelo Juiz Presidente apenas para diminuir a pena imposta, sem, no entanto, alterar a qualificação jurídica do fato.
- D) reformar a sentença do Juiz Presidente quando contrariar a decisão proferida pelos jurados.

Questão 50

Em relação à medida assecuratória do **seqüestro** e à **busca e apreensão**, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- A) Se Tício furta um relógio, poderá esse objeto ser seqüestrado, porque foi obtido por meios criminosos.
- B) Se, porém, Tício compra normalmente um relógio pagando-o com dinheiro furtado — ou seja, pagando com proventos da infração — o que cumpre, então, é apreender o relógio.
- C) O seqüestro se destina a possibilitar os efeitos da sentença condenatória, isto é, pagamento das obrigações que nascem do crime e perda em favor da União, depois de satisfeitas as obrigações para com o lesado e o terceiro de boa-fé, dos produtos do crime ou de quaisquer bens ou valores que constituam proveito auferido com a prática do fato criminoso.
- D) Prolatada a sentença condenatória, o juiz determinará a avaliação e a venda, em leilão público, dos bens seqüestrados.

Medicina Legal

Questão 51

Os distúrbios qualitativos do instinto sexual são denominados parafilias.

A forma patológica relativa à atração sexual por mulheres desasseadas e de baixa condição higiênica é denominada

- A) clismafilia.
- B) coprofilia.
- C) riparofilia.
- D) urolagnia.

Questão 52

A presença de mancha verde abdominal na parte inferior do pescoço e, não, na fossa ilíaca direita como classicamente observamos em outras situações, é compatível com

- A) afogamento.
- B) esgorjamento.
- C) soterramento.
- D) sufocação.

Questão 53

Uma lesão caracterizada por infiltração hemorrágica nas tramas dos tecidos é denominada

- A) entorse.
- B) equimose.
- C) escoriação.
- D) rubefação.

Questão 54

O aborto realizado por médico para salvar a vida da gestante amparado pelo estado de necessidade é denominado

- A) eugênico.
- B) moral.
- C) piedoso.
- D) terapêutico.

Questão 55

Um cadáver de homem adulto apresenta rigidez generalizada, manchas de hipóstase fixas no dorso, ausência de mancha verde abdominal e desaparecimento das artérias do fundo de olho.

Qual o provável tempo de morte em horas?

- A) Menos de duas.
- B) Mais de duas e menos de quatro.
- C) Mais de quatro e menos de seis.
- D) Mais de oito e menos de dezesseis.

Questão 56

Em uma autópsia, o médico-legista descreveu em seu laudo pericial o achado de “alimentos plenamente reconhecíveis em seus diversos tipos no interior do estômago”.

Qual o tempo aproximado, em horas, entre a última refeição realizada pela vítima e o seu falecimento?

- A) Uma a duas.
- B) Duas a quatro.
- C) Quatro a sete.
- D) Sete a doze.

Questão 57

Considerando as etapas clínicas da embriaguez alcoólica, qual delas é denominada “fase médico-legal”?

- A) Confusão.
- B) Comatosa.
- C) Excitação.
- D) Sono.

Questão 58

A “circulação póstuma de Brouardel” caracteriza o período

- A) cromático da putrefação.
- B) enfisematoso da putrefação.
- C) coliquativo da putrefação.
- D) liquefativo da putrefação.

Questão 59

O estudo de todas as fases percorridas pelo corpo humano após a morte até a fossilização, no interesse forense, é denominado

- A) esqueletização.
- B) tafonomia.
- C) tanatocronodiagnose.
- D) saponificação.

Questão 60

O percurso realizado por um projétil de arma de fogo no interior do corpo humano é denominado

- A) deformação.
- B) halo.
- C) trajeto.
- D) trajetória.

Direitos Humanos

Questão 61

O Direito Internacional dos Direitos Humanos resultou de um processo histórico de gradual formação, consolidação, expansão e aperfeiçoamento da proteção internacional dos direitos humanos. É um **direito de proteção** dotado de especificidade própria.

Com relação a esse processo histórico, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A aceitação universal da tese da indivisibilidade dos direitos humanos eliminou a disparidade entre os métodos de implementação internacional dos direitos civis e políticos e dos direitos econômicos, sociais e culturais, deixando de ser negligenciados estes últimos.
- B) A gradual passagem da fase legislativa de elaboração dos primeiros instrumentos internacionais de direitos humanos, à fase de implementação de tais instrumentos, pode ser considerada como resultado da primeira Conferência Mundial de Direitos Humanos, ocorrida em Teerã no ano de 1968.
- C) Uma das grandes conquistas da proteção internacional dos direitos humanos é, sem dúvida, o acesso dos indivíduos às instâncias internacionais de proteção e o reconhecimento de sua capacidade processual internacional em casos de violações dos direitos humanos.
- D) Graças aos esforços dos órgãos internacionais de supervisão nos planos global e regional, logrou-se salvar muitas vidas, reparar muitos danos denunciados e comprovados, bem como adotar programas educativos e outras medidas positivas por parte dos governos.

Questão 62

Embora seja um direito que tem a sua manifestação externa coletiva, a liberdade de reunião protege principalmente a liberdade individual.

Nos termos da Constituição da República de 1988, a proteção do direito de reunião assegura

- A) que a autoridade designe locais para a realização de reuniões, desde que o local seja aberto ao público e a autoridade tome as providências necessárias para a proteção das pessoas.
- B) que se entenda por reunião toda forma de manifestação pública com os mais variados fins, desde que seja estática, que permaneça em apenas um lugar, não podendo se movimentar, o que caracterizaria a passeata.
- C) que não haja restrição à reunião pública, pois, como direito individual fundamental, é meio de manifestação do pensamento e da liberdade de expressão, inclusive para a divulgação de teses ilegais.
- D) que o Estado só pode intervir nesse direito quando a reunião deixar de ser pacífica ou, na doutrina dos direitos individuais, quando o direito de uma ou várias pessoas for violado pelo exercício impróprio daquela liberdade.

Questão 63

Analise as seguintes afirmativas acerca da **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948** e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () É, tecnicamente, uma *recomendação* que a Assembléia Geral das Nações Unidas faz aos seus membros (Carta das Nações Unidas, art. 10).
- () Mostra os abusos praticados pelas potências ocidentais após o encerramento das hostilidades, pois foi redigida sob o impacto das atrocidades cometidas na Segunda Guerra Mundial.
- () Enuncia os valores fundamentais da liberdade, da igualdade e da fraternidade, mas é omissa quanto à proibição do tráfico de escravos e da escravidão.
- () Representa a culminância de um processo ético que levou ao reconhecimento da igualdade essencial de todo ser humano e de sua dignidade de pessoa.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (V) (F) (V) (F)
- B) (F) (V) (F) (V)
- C) (V) (F) (F) (V)
- D) (F) (V) (V) (F)

Questão 64

Encontramos na doutrina dos Direitos Humanos a afirmação de que, para compreender a evolução dos direitos individuais no contexto da evolução constitucional, é preciso retomar alguns aspectos da evolução dos tipos de Estado.

Analise as seguintes afirmativas e assinale a que **NÃO** corrobora o enunciado acima.

- A) A primeira fase do Estado Liberal caracteriza-se pela vitória da proposta econômica liberal, aparecendo teoricamente os direitos individuais como grupo de direitos que se

fundamentam na propriedade privada, principalmente na propriedade privada dos meios de produção.

- B) As mudanças sociais ocorridas no início do século XX visavam armar os indivíduos de meios de resistência contra o Estado. Desse modo, a proteção dos direitos e liberdades fundamentais torna-se o núcleo essencial do sistema político da democracia constitucional.
- C) As constituições socialistas consagraram uma economia socialista, garantindo a propriedade coletiva e estatal e abolindo a propriedade privada dos meios de produção, dando uma clara ênfase aos direitos econômicos e sociais e uma proposital limitação aos direitos individuais.
- D) A implementação efetiva dos direitos sociais e econômicos em boa parte da Europa Ocidental no pós-guerra, como saúde e educação públicas, trouxe consigo o germe da nova fase democrática do Estado Social e da superação da visão liberal dos grupos de direitos fundamentais.

Questão 65

Numere a **COLUNA II** de acordo com a **COLUNA I**, relacionando as liberdades com as previsões constitucionais que as representam.

COLUNA I

COLUNA II

- | | | |
|-----------------------------|-----|---|
| 1. Liberdade de locomoção | () | é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva. |
| 2. Liberdade de expressão | () | é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem. |
| 3. Liberdade de associação | () | ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato. |
| 4. Liberdade de consciência | () | em tempo de paz, qualquer pessoa, nos termos da lei, pode entrar, permanecer ou sair do território com os seus bens. |

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de números **CORRETA**.

- A) (3) (2) (1) (4)
- B) (4) (2) (3) (1)
- C) (4) (3) (2) (1)
- D) (3) (1) (2) (4)

Noções de Informática

Questão 66

São protocolos de rede utilizados para configuração de uma conta de e-mail:

- A) POP3 e o FTP.
- B) POP3 e o SNMP.
- C) NNTP e o SMTP.
- D) POP3 e o SMTP.

Questão 67

"As licenças que acompanham *software* livre fazem uso da legislação de *copyright* para impedir utilização não-autorizada, mas essas licenças definem clara e explicitamente as condições sob as quais cópias, modificações e redistribuições podem ser efetuadas para garantir as liberdades de modificar e redistribuir o *software* assim licenciado".

Esse texto se refere a

- A) *Copyleft*.
- B) GPL.
- C) Linux.
- D) *Open Source*.

Questão 68

Com o avanço da internet, atualmente existem diversos tipos de programas que impedem o bom funcionamento de um sistema e, por isso, podem ser considerados como nocivos.

Assinale a **única** alternativa que **NÃO** faz parte dessa classificação.

- A) *Adware*
- B) *Freeware*
- C) Trojan
- D) Vírus

Questão 69

Para que um documento de texto criado com o BOffice possa ser aberto pelo *Microsoft Word 97/2000/XP*, é fundamental o seguinte procedimento:

- A) clicar em FERRAMENTAS/EXPORTAR e selecionar o tipo de arquivo *MICROSOFT WORD 97/2000/XP(.DOC)*
- B) clicar em ARQUIVO/EXPORTAR e selecionar o tipo de arquivo *MICROSOFT WORD 97/2000/XP(.DOC)*
- C) clicar em ARQUIVO/SALVAR COMO e selecionar o tipo de arquivo *MICROSOFT WORD 97/2000/XP(.DOC)*
- D) não é necessário fazer nada, pois o BOffice gera automaticamente documentos texto compatíveis com o *Microsoft Word 97/2000/XP*

Questão 70

Qual chave ou conjunto de chaves enviamos ao servidor de chaves PGP para possibilitar aos demais usuários verificarem a autenticidade de um documento eletrônico ou para possibilitar a encriptação do mesmo?

- A) Chave privada
- B) Chave privada e pública
- C) Chave única
- D) Chave pública